

PALESTRA

Aposentadoria em dia

Direitos previdenciários que todo aposentado precisa conhecer

Ana Ikeda

Advogada previdenciária

LIVE

Aposentadoria em dia

Direitos previdenciários que todo aposentado precisa conhecer



16/09 • às 14h30
Evento online



Para participar, solicite o link

Você vai entender:

- ✓ Revisão de aposentadoria
- ✓ Isenção de Imposto de Renda
- ✓ Pensão por morte e acumulação de benefícios
- ✓ Fraudes e golpes contra aposentados
- ✓ Planejamento previdenciário familiar



Informação e segurança para proteger seus direitos e sua aposentadoria.

Ana Ikeda Advocacia Previdenciária

O que vamos conversar

01 **Revisão e prazos**

02 **Isenção de Imposto de Renda**

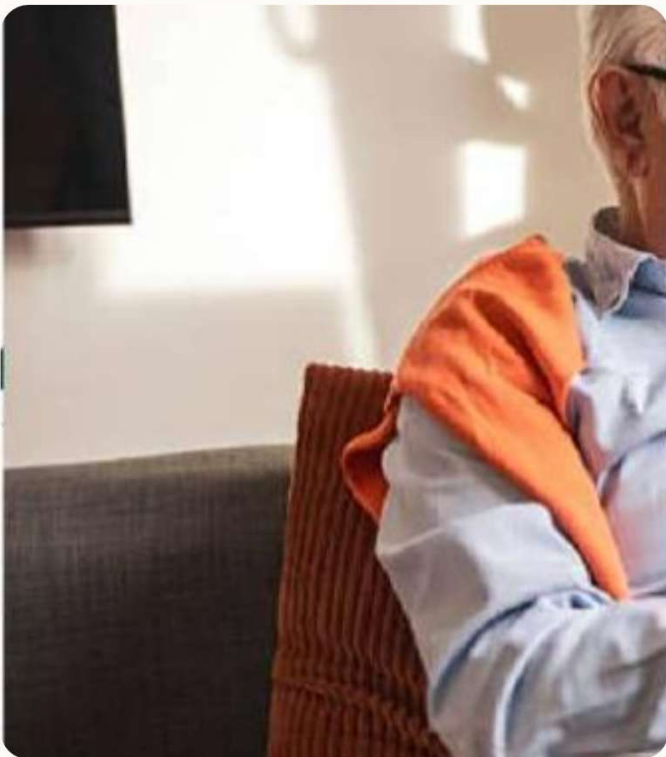
03 **Pensão por morte**

04 **Acumulação de benefícios**

05 **Golpes e falso advogado**

06 **Planejamento familiar**

A aposentadoria exige novos cuidados



Receber o benefício é o começo de uma nova fase

01

CONFERIR

Como o benefício foi calculado

02

CONHECER

Direitos que podem surgir depois

03

PROTEGER

A renda e os documentos da família

Quando vale a pena investigar o cálculo



HISTÓRICO

Vínculos e salários

Compare CNIS, carteira, contracheques e o processo de concessão.

PROVA

Documentos do trabalho

PPPs, formulários, certidões e decisões podem exigir exame próprio.

A pergunta central

Corrigir o erro aumenta o benefício?

Uma diferença no cadastro não garante vantagem. A revisão deve ser precedida de prova, cálculo e análise do prazo.

A análise vem antes do pedido

1

CONFERIR

Vínculos, salários e períodos utilizados

2

COMPROVAR

Documentos que sustentam a correção

3

CALCULAR

Efeito real no valor e nos atrasados

4

DECIDIR

Prazo, risco e caminho adequado

Documentos essenciais

Carta de concessão | Memória de cálculo | CNIS | Processo administrativo | Provas do trabalho

Decadência e prescrição

10 anos

Prazo para revisar o ato de concessão

Marco usual: primeiro dia do mês seguinte ao recebimento da primeira prestação.

5 anos

Limite usual das parcelas vencidas

O alcance dos atrasados depende do caso e dos marcos que influenciam a prescrição.

Tema 975/STJ: questão não apreciada na concessão também se submete à decadência

Isenção de IR por doença grave



1

Diagnóstico

A doença precisa estar prevista na legislação.

2

Rendimento

A isenção alcança aposentadoria ou pensão nas condições legais.

3

Documentação

Laudos, exames e data de início sustentam o pedido.

Doenças previstas na Lei 7.713/1988

✓ **Moléstia profissional**

- ✓ Tuberculose ativa
- ✓ Alienação mental
- ✓ Esclerose múltipla
- ✓ Neoplasia maligna
- ✓ Cegueira
- ✓ Hanseníase
- ✓ Paralisia irreversível e incapacitante

- ✓ Cardiopatia grave
- ✓ Doença de Parkinson
- ✓ Espondiloartrose anquilosante
- ✓ Nefropatia grave
- ✓ Hepatopatia grave
- ✓ Doença de Paget em estado avançado
- ✓ Contaminação por radiação
- ✓ Síndrome da imunodeficiência adquirida

A lei também contempla aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço.

Dois resultados possíveis

1

Interromper os descontos futuros

Pedido dirigido ao INSS ou ao órgão pagador do benefício.

2

Recuperar imposto pago indevidamente

A análise dos anos anteriores observa o diagnóstico, o rendimento elegível e o prazo de cinco anos.

A doença não precisa continuar ativa

A Súmula 627/STJ afasta a exigência de sintomas atuais ou recidiva.

A hipótese alcança rendimentos previdenciários — não salários, aluguéis ou rendimentos comuns.

Quem pode receber

1ª classe

Cônjuge, companheiro, filhos menores de 21 anos ou filhos inválidos

2ª classe

Pais, com dependência econômica

3ª classe

Irmãos elegíveis, com dependência econômica

A classe anterior exclui a seguinte. União estável exige prova adequada.

Valor, duração e data do pedido

VALOR

50% + 10% por dependente

Regra geral pós-reforma do RGPS, até 100%, sobre a base legal. Há exceções previstas em lei.

DURAÇÃO

A pensão nem sempre é vitalícia

Idade, número de contribuições e tempo da união podem influenciar a duração do benefício do cônjuge.

PEDIDO

O prazo afeta o início do pagamento

No RGPS, regra geral de 90 dias do óbito; 180 dias para filhos menores de 16 anos.

Atenção

Menos de 18 contribuições ou união inferior a dois anos pode levar à duração de quatro meses, com exceções legais.

Duração da pensão de cônjuge

Regra da tabela: 18 contribuições e casamento ou união estável há pelo menos 2 anos

Idade do cônjuge na data do óbito	Duração
Menos de 22 anos	3 anos
22 a 27 anos	6 anos
28 a 30 anos	10 anos
31 a 41 anos	15 anos
42 a 44 anos	20 anos
45 anos ou mais	Vitalícia

Sem um dos requisitos: 4 meses, em regra. Há exceções legais.

Cargos públicos acumuláveis

Art. 37, XVI, da Constituição	Combinação admitida
Professor + professor	Dois cargos de professor
Professor + outro cargo	Um cargo de professor com outro de qualquer natureza
Profissionais de saúde	Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas

Redação atualizada pela EC 138/2025

Na atividade, permanecem a compatibilidade de horários e as regras constitucionais do teto.

Quais benefícios podem ser acumulados

Combinação	Tratamento
Pensões de cônjuge no mesmo regime	Vedadas em regra. Há ressalva para o mesmo instituidor e cargos acumuláveis.
Pensão de cônjuge + pensão de outro regime ou militar	Admitida, com exame dos redutores.
Pensão de cônjuge + aposentadoria RGPS/RPPS ou inatividade militar	Admitida, com exame dos redutores.
Pensão militar + aposentadoria RGPS/RPPS	Admitida, com exame dos redutores.

Primeiro: a combinação é permitida? Depois: quanto será pago?

O redutor funciona por faixas

Parcela de cada benefício reduzido	Percentual
Até 1 salário mínimo	100%
Acima de 1 até 2 salários mínimos	60%
Acima de 2 até 3 salários mínimos	40%
Acima de 3 até 4 salários mínimos	20%
Acima de 4 salários mínimos	10%

Exemplo hipotético

4 SM

benefício mais vantajoso, integral

+ 3 SM

outro benefício

Total recebido: 6 SM

$1 + 0,60 + 0,40 = 2 \text{ SM}$

SM = salário mínimo

Golpes e falso advogado



Descontos e cobranças



Contato urgente



Promessa de liberação

PARE

CONFIRME pelo canal conhecido

PRESERVE as provas

Planejamento previdenciário familiar

Se alguém precisasse pedir um benefício hoje, saberia onde estão os documentos?

DOCUMENTOS

Histórico organizado

Documentos civis, vínculos, laudos relevantes e decisões.

DEPENDENTES

Proteção da renda

Quem depende de quem e como a renda muda diante de um falecimento.

CONTRIBUIÇÕES

Orientação individual

Categoria, atividade remunerada e objetivo de cada pagamento.

O que separar para uma análise



Revisão

CNIS, carta de concessão, processo e provas do trabalho



Isenção de IR

Laudos, exames, informes e declarações



Pensão e acumulação

Documentos familiares e dados de cada benefício e regime



Contato suspeito

Mensagens, número utilizado e comprovantes

Datas + documentos + regime previdenciário = análise individual

INFORMAÇÃO E SEGURANÇA

Conhecer seus direitos ajuda a proteger sua aposentadoria e sua família

Dúvidas?

Ana Ikeda Advocacia Previdenciária

Análise individual requer documentos e informações completas.